



Câmara Municipal de Benavente

Subunidade Orgânica de Atas e Apoio aos Órgãos Autárquicos

Ata n.º 16/2026

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22 DE ABRIL DE 2026

(Contém 16 páginas e anexo com 16 páginas)

ATA N.º 16/2026

Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 16 horas e 30 minutos

Encerramento: 17 horas e 42 minutos

No dia vinte e dois do mês de abril de dois mil e vinte e seis, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas dezasseis horas e trinta minutos, a senhora presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, reuniu a mesma, estando presentes os senhores vereadores:

Paulo Sérgio Correia Abreu, em representação da AD

Catarina Pinheiro Vale e Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU – Coligação Democrática Unitária

Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, em representação do CHEGA

Pedro Alexandre Santos Gameiro, em representação do PS – Partido Socialista

Pela senhora presidente foi declarada aberta a reunião, às dezasseis horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	CÂMARA MUNICIPAL / PRESIDÊNCIA-VEREAÇÃO		
	DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA		
1	Apresentação dos documentos de prestação de contas individuais – exercício de 2025		
2	2.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026		
	Inventário e Cadastro		
3	Inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do Município de Benavente / Exercício de 2025		
4	Aprovação de deliberações em minuta		

Secretariou a chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, Ana Carla Ferreira Gonçalves, coadjuvada por Fernando Alberto Marcelino Rodrigues, coordenador técnico.

02- DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Gestão e Controlo do Plano e Orçamento

Ponto 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS – EXERCÍCIO DE 2025

Nos termos do disposto na al. I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junto se remete, para aprovação da Câmara Municipal e posterior envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2025, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, e que englobam:

- Relatório de Gestão;
- Demonstrações Financeiras: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa, Alterações ao Património Líquido e Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Demonstrações Orçamentais: Demonstração do Desempenho Orçamental, Demonstrações da Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Dívidas a Terceiros e Anexos às Demonstrações Orçamentais;
- Documentos de Suporte.

Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, os quais devem constar da ata:

- **Balanço:**
 - Ativo – € 96.847.923,49
 - Património Líquido – € 86.302.370,82
 - Passivo – € 10.545.552,67

- **Rendimentos e Gastos (DR):**
 - Rendimentos – € 32.669.167,96
 - Gastos – € 34.225.827,16
 - Resultado Líquido – € -1.556.659,20

- **Recebimento e Pagamentos (DFC):**
 - Saldo da gerência anterior:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 5.042.915,88
 - ✓ Operações Tesouraria – € 1.146.204,17
 - Recebimentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 37.437.747,76
 - ✓ Operações Tesouraria – € 298.055,07
 - Pagamentos:
 - ✓ Operações Orçamentais – € 33.813.510,29
 - ✓ Operações Tesouraria – € 164.038,34

- Saldo para a gerência seguinte:
- ✓ Operações Orçamentais – € 8.667.153,35
- ✓ Operações Tesouraria – € 1.280.220,90

- **Desempenho orçamental:**
- Saldo da gerência anterior:
- ✓ Operações Orçamentais – € 5.042.915,88
- ✓ Operações Tesouraria – € 1.146.204,17
- Recebimentos:
- ✓ Operações Orçamentais – € 37.437.747,76
- ✓ Operações Tesouraria – € 298.055,07
- Pagamentos:
- ✓ Operações Orçamentais – € 33.813.510,29
- ✓ Operações Tesouraria – € 164.038,34
- Saldo para a gerência seguinte:
- ✓ Operações Orçamentais – € 8.667.153,35
- ✓ Operações Tesouraria – € 1.280.220,90

Mais se propõe que seja sujeito à aprovação o **Resultados líquido do Exercício de 2025**, no valor negativo de € 1.556.659,20.

Nos termos do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, integram o relatório e contas as declarações referidas nas alíneas. a) e b) do n.º 1 do referido artigo 15.º, pelo que as mesmas foram incluídas nos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Benavente, 15 de abril de 2026

A presidente da Câmara Municipal, *Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino*

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA PRESIDENTE deu nota de que os indicadores resultantes dos documentos em discussão, refletem maioritariamente, um período anterior à entrada em funções do novo Executivo, uma vez que o mesmo assumiu a gestão da autarquia apenas nos últimos dois meses do ano transato.

Referiu que, em termos de fluxo financeiro, a receita arrecadada fixou-se nos quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e sessenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos, correspondente a 86,73% de taxa de execução, enquanto a despesa executada foi de trinta e três milhões, oitocentos e treze mil, quinhentos e dez euros e vinte e nove cêntimos, correspondente a 69,04% de taxa de execução.

Mencionou que desta execução, resultou um saldo de gerência a transitar para o ano seguinte, que se fixa em oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos, garantindo o equilíbrio e a continuidade das operações municipais.

Salientou, que desde o ano de 2023, a Câmara Municipal apresenta resultados líquidos negativos nas suas contas, sendo algo que tem de ser analisado, existindo aumentos significativos em diversas rúbricas, e não sendo o encaixe suficiente para que as contas sejam equilibradas.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO referiu que o Partido CHEGA teve o cuidado de separar e fazer uma cognitiva diferença em partes, as quais passou a elencar.

Observou que, em relação à concreta prestação de contas de 2025, a responsabilidade e transição, afirmando que estavam a apresentar-se as contas de dois mil e vinte e cinco

e que era fundamental que a Câmara compreendesse que este relatório refletia um ano de transição, com apenas cinco/seis meses de exercício do novo Executivo Municipal. Comentou que o Executivo assumiu a responsabilidade de gerir um Orçamento e Grandes Opções do Plano já em curso, tendo feito o que a boa gestão exige, mantendo o rigor, alcançando uma execução de 86,07% na receita, e garantindo que o município terminasse o ano com um saldo de mais de oito milhões e seiscentos mil euros.

Frisou que aquele não era nem podia ser um ponto de chegada, mas sim o alicerce sólido, sobre o qual o Executivo está agora a imprimir uma nova marca de mudança.

Acrescentou que, sobre as receitas e sua eficácia, não se pode ignorar a força da receita corrente, que superou as expectativas iniciais em quase 3%, atingindo os vinte e nove milhões e oitocentos mil euros, devendo-se este resultado, em grande parte, ao dinamismo económico do concelho, visível nos quinze milhões e duzentos mil euros arrecadados em impostos diretos, mesmo sendo um Executivo recente, soube-se monitorizar com assertividade esta cobrança.

Expressou que, se as receitas de capital ficaram nos 50% de taxa de execução, isso deve-se a reprogramações de obras cofinanciadas herdadas do anterior Executivo, e que se está agora a acelerar, com o pragmatismo que os municípios exigem.

Sobre a despesa e os investimentos plurianuais (PPI), a execução da despesa fixou-se em 69%, podendo para alguns parecer prudente, mas para o Executivo, nos primeiros cinco/seis meses, foi o reflexo de uma gestão criteriosa dos dinheiros públicos.

Priorizaram-se as pessoas, como despesas com pessoal, que representam 34% do esforço financeiro municipal, garantindo o funcionamento dos serviços essenciais.

No plano plurianual de investimento centrou-se o foco nos recursos de Habitação e da Educação, como a requalificação de fogos e a ampliação de jardins de infância, estando o Executivo a preparar o terreno para que, em 2026-2027, a execução reflita, totalmente, as necessidades emergentes da população.

Outro capítulo que vai apresentar, tem a ver com a herança e o rigor.

Mencionou que se ouviram críticas sobre a continuidade, mas a seriedade governativa exige que se honrem compromissos, o novo Executivo não se limitou a gerir o passado, introduziu dezanove alterações orçamentais para ajustar prioridades e necessidades reais de 2025-2026.

Referiu que existe uma dívida controlada e passivos financeiros geridos com pinças, sendo que a capacidade de investimento atual se deve ao facto de não se ceder ao facilitismo.

Frisou que o Executivo é conivente com o interesse público e não com a estagnação, afirmando que os números provam que o município está a progredir, e, em breve, financeiramente estável.

Ao encerrar o ciclo de 2025, o balanço foi positivo e inspirador, existindo património sólido e liquidez que permite encarar o futuro com ambição.

Referiu que os primeiros seis meses da ação do atual Executivo foram de diagnóstico e de ação imediata, tendo sido recebido um saldo de gerência de cinco milhões de euros, passando para o próximo exercício, um saldo de cerca de oito milhões e seiscentos mil euros.

Transmitiu que o Executivo está pronto para converter este rigor contabilístico em mais qualidade de vida, mais infraestruturas e um concelho mais competitivo, considerando que votar aquelas contas, é reconhecer a estabilidade necessária para a mudança que já começa a operar.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES referiu que apenas consegue ver o relatório de contas como otimista, porque o Governo mudou, caso se mantivesse a continuidade dos anos de 2023, 2024 e 2025, o ano de 2026 continuaria numa lógica descendente que, no seu entendimento, deveria ser invertida.

Frisou que, quando se tomam decisões políticas, elas têm de ser focadas em impactos económicos significativos e não apenas e só em impactos políticos e populistas que,

embora possam ter grande apreciação nas redes sociais, não produzem efeitos positivos do ponto de vista económico, podendo mesmo ter efeitos contrários.

Explicitou o conceito de “Annual Recurring Revenue” (ARR), traduzido como Receita Recorrente Anual. A Câmara Municipal precisa, com carácter imediato e como prioridade número um, de aumentar a sua receita recorrente anual.

Esclareceu que a receita recorrente anual corresponde ao conjunto de receitas previsíveis no tempo, relativamente às quais existe uma expectativa fundamentada de cobrança, ao contrário das receitas extraordinárias, que ocorrem pontualmente e não se repetem. Destacou que a característica fundamental da receita recorrente é precisamente a sua repetição ao longo do tempo, permitindo prever encaixes financeiros.

Comentou que, numa empresa privada, existem diversas formas de assegurar este tipo de receita, enquanto na Administração Pública, não existem assim tantas.

O que se deve dar prioridade, é estimular a economia local, de forma que a economia do concelho produza receita recorrente que posteriormente se reflita nas receitas municipais.

Referiu que tal abordagem decorre de princípios básicos da MacroEconomia

Enumerou os dois investimentos estratégicos. O primeiro consiste em garantir a atração de novas empresas para o concelho, promovendo a sua instalação, com vista ao aumento da receita adveniente da Derrama e, conseqüentemente, da receita recorrente anual. O segundo, passará por resolver o problema dramático da Habitação no concelho, e em simultâneo, aumentar a receita municipal.

Esclareceu que, neste âmbito, seriam geradas receitas através do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), acrescendo as receitas provenientes de taxas e licenças, que, embora não sendo totalmente recorrentes, poderiam assumir essa natureza, caso exista continuidade no desenvolvimento urbano.

Lembrou que a Câmara Municipal, para além de receber transferências do Estado e arrecadar impostos, dispõe da capacidade de intervir na economia através daquelas formas.

Acrescentou que a Câmara Municipal não pode continuar a ter espaços no concelho para construir habitação e que estejam bloqueados por um capricho, por uma errada interpretação da Lei ou por qualquer outro fator.

Referiu que todos os esforços, desde os políticos, aos técnicos e a todos que intervêm na economia do concelho, de uma forma ou de outra, devem estar focados em perceber que a Habitação e a construção de novo edificado são um dos caminhos essenciais para se conseguir ter receitas saudáveis e se conseguir, ano após ano, não estar a trabalhar com saldo negativo, que neste caso não é muito grave, devendo-se trabalhar para ter contas saudáveis e conseguir ter superavit todos os anos.

Comentou que a herança recebida de 2025, de acordo com dados factuais, a construção de habitação, seja pública ou privada, levou a uma estagnação do desenvolvimento económico da Câmara Municipal, ou seja, a despesa aumentou significativamente por força das circunstâncias macroeconómicas, porque o custos dos materiais é maior, o custo com os funcionários é maior, porque houve a necessidade de contratar mais pessoas, existem mais pessoas a viver no concelho e a Câmara Municipal tem de providenciar mais serviços, que vão aumentar a despesa recorrente, mas depois não se planeou a receita recorrente para poder compensar a balança comercial, de maneira a que esteja num caminho de crescimento e não de estagnação.

Recordou que, durante a campanha eleitoral para as autarquias locais do último ano, alegou que a estagnação económica do concelho estava presente e que isso foi contrariado por pessoas que diziam que as exportações das empresas do concelho tinham aumentado.

Afirmou que, se o poder de compra das pessoas diminuir, não é o facto de haver empresas a aumentarem as suas exportações que se vai refletir no crescimento da receita da Câmara Municipal.

Clarificou que o CHEGA vai aprovar as contas, porque há a garantia de que o desenvolvimento urbano vai acontecer, porque vai ocorrer o crescimento do edificado na área da Habitação, na área das UOPG's, onde é preciso instalar novas empresas e novos hotéis e porque não se pode descuidar o Turismo, porque tem, agora, a garantia de poder participar ativamente nesta transformação, o que o leva a ter um compromisso não apenas para com a Câmara Municipal, mas para com todos os munícipes.

Afirmou que tudo fará, dia após dia, as horas que forem necessárias, para garantir que as novas empresas, mais postos de trabalho e a Habitação no concelho, sejam, num curto espaço de tempo transformados.

Frisou que todos os serviços da Câmara Municipal devem estar preparados para desbloquear a construção de edificações de habitação e de empresas ligadas ao Turismo, à Indústria, à Logística e à Tecnologia, porque só assim no próximo ano se consegue ter receita recorrente aumentada e as contas que todos querem poder votar.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO referiu que relativamente ao que foi dito, algumas matérias mais acertadas, outras nem tanto, crê que, independentemente do resultado líquido, a CDU deixou a Câmara Municipal financeiramente equilibrada, com preocupações de futuro.

Considerou que é inegável que há um equilíbrio financeiro no município de Benavente.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO disse que, apesar da Câmara Municipal não se encontrar na situação desejada, não está endividada, não tem um serviço de dívida pesado, ao contrário de outras Câmara Municipais, como o Sardoal ou o Cartaxo. Considerou que foi uma grande vantagem o anterior Executivo não ter deixado uma herança pesada, deixaram alguma facilidade para que o atual Executivo possa trabalhar.

Quanto ao passado, não concordou com muitas coisas do mandato da CDU, como também não concorda com muitas das decisões deste Executivo, pelo que o sentido de voto será a abstenção.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO afirmou que a Câmara Municipal necessita de uma gestão minuciosa e assertiva para dar resposta às necessidades dos munícipes.

Referiu que, apesar de se afirmar que a Câmara Municipal se encontra saudável, existe um passivo de cerca de dez milhões de euros e um resultado líquido negativo de um milhão e quinhentos mil euros, os munícipes não vão entender.

Disse que o que os munícipes pretendem são serviços de qualidade e estradas bem conservadas e mantidas, o que neste momento, infelizmente, não há.

Recordou que, quando chove dentro da Câmara Municipal e existe um passivo de dez milhões e um resultado líquido negativo de um milhão e quinhentos mil euros, a herança da CDU não é tão benevolente como tentam fazer parecer.

Transmitiu que, com trabalho e resiliência, vai conseguir-se transformar a Câmara Municipal, com continuidade de trabalho para resolução imediata dos problemas dos munícipes.

DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com uma abstenção do senhor vereador em representação do PS-Partido Socialista, Pedro Alexandre Santos Gameiro, aprovar os documentos de prestação de contas individuais respeitantes ao exercício de 2025 que, depois de assinados, digitalmente, ficam arquivados em ficheiro eletrónico anexo à presente ata, encontrando-se totalmente elaborados e disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado, transitando da gerência anterior um saldo de 5.042.915,88 € (cinco milhões, quarenta e dois mil, novecentos e quinze euros e oitenta e oito cêntimos) e para a gerência seguinte, um saldo de 8.667.153,35 € (oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e três euros e trinta e cinco

cêntimos), sendo o Resultado Líquido do Exercício, no valor negativo no montante de 1.556.659,20 € (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e vinte cêntimos), submetendo estes à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da al. l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

Ponto 2 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2025

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação por parte da Assembleia Municipal, a presente proposta de 2.ª revisão orçamental, elaborada de acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL (em vigor por força do disposto no artigo 17.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP)). A revisão orçamental implica as seguintes modificações:

MODIFICAÇÕES NA RECEITA

Económica	Designação	Reforços 2026	Reduções 2026	Reforços 2027
0603019914	IRN – Contrato Interadministrativo de Cooperação (adenda ao contrato)	3 485,00		
10030109	Fundo Ambiental – Zona Ribeirinha	400 000,00		
1003070153	Ampliação JI/EB1, Areias e JI Lezírias, Samora Cor		-615 032,00	615 032,00
10030110	Apoio danos calamidade (res. Conselho Ministros n.º 15/B/2006) – Fundo Ambiental	692 500,00		
10030111	Apoio danos calamidade (res. Conselho Ministros n.º 15/B/2006) – DGAL	4 165 100,00		
TOTAIS		5 261 085,00	-615 032,00	615 032,00
TOTAL RECEITA		4 646 053,00		615 032,00

MODIFICAÇÕES NA DESPESA

GOP	Designação	Económica	Reforços 2026	Reduções 2026	Reforços/ Reduções 2027	Reforços/ Reduções 2028	Reforços/R eduções 2029	Reforços/R eduções 2030	Reforços/ Reduções 2031 e seguintes
03 1 2023/1034 2	Ampliação Jardim infância Lezíria, Samora Correia / Construção	0701030501		-256 787,00	522 037,00				
03 1 2024/6 2	Ampliação JI/EB1 nº2, Areias, Benav. / Construção	0701030501		-376 735,00	661 745,00				
04 1 2026/4 2	Creche Municipal Benavente - Construção/Remodelação	07010304	100 000,00						
06 1 2025/70	Requalificação de pavilhão, Bairro esteveira, ARCAS	07010302		-29 397,00					
06 1 2026/9	Substituição da cobertura da sede da ADCRA	07010302	6 327,00						
06 2 2025/19 19	Cultura / Eventos culturais diversos	02022502			-50 000,00				
09 1 2016/47	Requalificação do cruzeiro do Calvário e muralha do Jardim do Calvário, Benavente	07010405	12 100,00						
09 1 2026/14	Requalificação da Zona Ribeirinha Benavente	07010405	400 000,00						

Reunião extraordinária de 2026-04-22

09 1 2026/15 1	Requalificação Parque Infantil Santo Estevão	07010405	31 721,00						
06 1 2026/15 2	Requalificação Parques Infantil Forsos da Charneca	07010405	17 941,00						
09 1 2026/16	Beneficiação da Vala Nova	07010413	129 500,00						
09 1 2026/17	Beneficiação da Zona Ribeirinha Samora Correia	07010405	20 000,00						
09 1 2026/18	Beneficiação da Zona Ribeirinha de Benavente	07010405	43 000,00						
09 2 2025/32 1 1	Urbanismo / Iluminação pública / Manutenção / Energia elétrica	020201				-50 000,00			
09 2 2025/34 2	Higiene urbana / Lavagem de contentores	020202				-50 000,00			
09 2 2025/34 4	Higiene urbana / Controlo de pragas	020202				-45 000,00			
10 1 2023/1101 2	Beneficiação da ponte das Silveiras	07010401	500 000,00						
10 1 2024/27 1	Arruamentos / Freguesia de Barrosa	07010401	255 000,00						
10 1 2024/27 2	Arruamentos / Freguesia de Benavente	07010401	1 295 900,00						
10 1 2024/27 3	Arruamentos / Freguesia de Samora Correia	07010401	783 700,00						
10 1 2024/27 4	Arruamentos / Freguesia de Santo Estevão	07010401	1 510 500,00						
12 1 2026/12	Reparação coberturas edifícios municipais	07010307	157 488,00						
12 2 2025/50 22	Func.unid.org./ Outros bens	020121				-100 000,00			
12 2 2025/50 26	Func.unid.org./ Serviços de conservação	020203				-100 000,00			
12 2 2025/50 39	Func.unid.org./ Outros trabalhos especializados	020220				-50 000,00			
12 0 2025/50 43	Func.unid.org./ Serviços diversos	02022509				-90 000,00			
12 2 2025/50 60 22	Func.unid.org./ Remunerações por doença e maternidade / paternidade	010115				-6 615,00			
12 2 2025/50 60 23	Func.unid.org./ Horas extraordinárias	010202				-80 000,00	-70,00	-70,00	-70,00
12 2 2025/50 60 38	Func.unid.org./ Seguros de acidentes de trabalho	01030901	45 795,00			45 795,00			
12 2 2025/51 3 1 1	Informática / Locações	020205				7 000,00			
12 2 2025/52 4	Serviço da dívida / Comissões	06020304				70,00	70,00	70,00	70,00
TOTAIS			5 308 972,00	-662 919,00	615 032,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESA			4 646 053,00		615 032,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Com a realização da referida revisão, o orçamento total de 2026 irá sofrer um aumento de 4 646 053,00 euros.

A presidente da Câmara Municipal, *Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino*

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA PRESIDENTE deu nota da entrada, hoje, de uma verba proveniente do IRN, que decorre de uma adenda a um contrato, bem como alterações relativas a obras em estabelecimentos de ensino, designadamente, no Jardim de Infância das Lezírias e na EB1 das Areias.

Acrescentou que houve outra alteração relacionada com um contrato-programa no valor de quatrocentos mil euros, que foi celebrado com a APA, bem como uma entrada de seiscentos e noventa e dois mil e quinhentos euros, relativa a apoios decorrentes de situações da calamidade nacional recente, com base nos mapas enviados para a CCDRLVT.

Transmitiu que o valor proveniente da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) rececionado à data, foi de 528.197,00 € (quinhentos e vinte e oito mil, cento e noventa e sete euros).

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO afirmou que nesta revisão orçamental não está contemplado a resiliência e o trabalho do novo Executivo, na captação de valores no PTRR, que a senhora presidente elencou.

Afirmou que, no âmbito da sua intervenção e antecipando que a senhora presidente responderia de forma favorável às questões que iria colocar, procedia à leitura da sua análise.

Analisou, com profunda preocupação, os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, presentes na reunião extraordinária do Executivo, em que os números evidenciam uma realidade que exige mais que uma leitura técnica, mas, também, responsabilidade política.

É impossível ignorar que o Município de Benavente encerrou o ano de 2025, com um resultado líquido negativo de um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e vinte cêntimos, enquanto os rendimentos se fixaram em cerca de trinta e dois milhões e seiscentos mil euros, os gastos ultrapassaram os trinta e quatro milhões e duzentos mil euros, evidenciando, no seu entendimento, um desequilíbrio estrutural, no qual a autarquia gasta sistematicamente mais do que aquilo que gera, comprometendo a saúde financeira futura do concelho.

O que torna o cenário mais grave, é observar a segunda revisão orçamental, apresentada em paralelo, onde se verificavam cortes severos em áreas sociais e em infraestruturas consideradas vitais para as famílias, nomeadamente, reduções superiores a seiscentos e quinze mil euros, em projetos de ampliação da Escola Básica das Areias e do Jardim de Infância das Lezírias, bem como cortes de centenas de milhares de euros em obras de construção e manutenção escolar, identificadas nas GOP zero três e GOP zero quatro.

Uma redução de cerca de oitenta mil euros em horas extraordinárias, que sem uma reestruturação dos serviços, poderá significar numa menor capacidade de resposta aos munícipes.

Existiu uma total incoerência na gestão de prioridades, questionando como se pode aceitar um saldo negativo desta magnitude quando, ao mesmo tempo, a proposta de revisão orçamental reduz o orçamento total de 2026, em mais de duzentos e onze mil euros.

O que existiu foi um engarrafamento de investimentos, refira-se verba de 2026, para a comprometer em 2027, numa manobra de empurrar com a barriga problemas que deviam a estar resolvidos agora.

Um passivo superior a dez milhões e quinhentos mil euros, exige uma gestão de rigor, e não uma política de remendos orçamentais.

Este resultado negativo de um milhão e quinhentos mil euros é o reflexo de uma gestão anterior que perdeu o controlo sobre os gastos operacionais e que se viu obrigada a sacrificar a manutenção de edifícios municipais, no valor de sessenta e cinco mil, quinhentos e doze euros, e a higiene urbana, para tentar equilibrar as contas.

É fundamental contextualizar que o atual Executivo, assumiu funções em novembro de 2025, sendo prematuro e injusto, atribuir-lhe a total responsabilidade pelo resultado líquido negativo, a quem teve apenas sessenta dias para gerir um orçamento já em fase de encerramento.

Afirmou que com a apresentação detalhada do inventário do património, correspondente à classe quatro, que demonstra uma preocupação com o rigor e a fiabilidade da informação, o novo Executivo poderá definir quais os ativos essenciais para as atribuições do Município.

Pelo exposto, este é o momento para conceder o benefício da dúvida, referindo que o saldo negativo constitui um legado do passado, enquanto as revisões orçamentais apresentadas já configuram instrumentos de gestão do presente.

Manter-se-á atento para verificar se no próximo exercício, este já da inteira responsabilidade do atual Executivo, o rigor administrativo anunciado se traduzirá numa

inversão do ciclo de prejuízos e na concretização das obras aguardadas pelas populações.

Perguntou, dada a recém-chegada do novo Executivo à gestão ativa, como pretende a senhora presidente garantir que as reduções orçamentais agora propostas, não afetarão a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados ao Município.

Acrescentou que, de acordo com novas informações, que não estão inscritas nesta revisão orçamental, houve um trabalho profundo do Executivo minoritário, mas de direita, com a conivência do quarto vereador para ajudar e auxiliar a conseguir concretizar este Orçamento, para bem das populações.

A resiliência do novo Executivo conseguiu alcançar as oportunidades do PTRR, colmatar as falhas que estavam na segunda Revisão Orçamental, e através do trabalho e da resiliência, conseguiram-se verbas para concretizar a segunda revisão ao orçamento, de acordo com os valores explanados no documento.

Reiterou que a herança deixada pelo Executivo da CDU não foi tão saudável como querem transparecer, mas com trabalho e resiliência conseguir-se-á atingir os objetivos de resolução dos problemas imediatos e futuros dos municípios.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO disse que a CDU, à semelhança do que tem sido transmitido desde o início do mandato, respeita a vontade da população e as opções de quem venceu as eleições.

Acrescentou que não inviabilizarão qualquer alteração ou revisão orçamental, ainda que gostassem de ver refletidas algumas obras anteriormente previstas, nomeadamente, pequenas requalificações do espaço público. Espera que, em futuras oportunidades, esses investimentos possam ser integrados.

Solicitou um esclarecimento, porque na última reunião da Câmara Municipal, foi levantada a questão do protocolo no valor de quatrocentos mil euros para recuperação da Zona Ribeirinha de Benavente. Lembrou que o senhor vereador Frederico Antunes disse que aquele valor não se destinava apenas à recuperação da Zona Ribeirinha de Benavente, mas para todo o município. Evidenciou que na Revisão Orçamental é claro que essa verba é apenas para a Zona Ribeirinha de Benavente.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO referiu que na estrutura instrumental do município, existe uma diferença de trezentos e oitenta mil euros, para 2027.

Solicitou esclarecimentos sobre várias rubricas, nomeadamente, outros bens, no valor de cem mil euros, outros trabalhos especializados, cinquenta mil euros, serviços diversos, noventa mil euros e recursos humanos, quarenta mil euros.

Observou que, relativamente à Informática existe um incremento de sete mil euros para 2027, questionando se existe algum contrato assinado ou algum compromisso assumido com alguma empresa da área, que leva esta contemporização com tanta antecedência.

Solicitou esclarecimentos sobre a área do urbanismo, na qual foi retirado valor a algumas rubricas para 2027, nomeadamente, iluminação pública, manutenção de energia elétrica, noventa e cinco mil euros a menos, na higiene urbana, menos cinquenta mil euros, na lavagem de contentores e no controlo de pragas, menos quarenta e cinco mil euros.

Relativamente à Cultura, questionou a redução de cinquenta mil euros para 2027, ou se a medida resulta da reorganização decorrente da contratação de um gestor cultural.

Quanto ao Jardim de Infância das Lezírias e da EB1 das Areias, perguntou se existiu alguma candidatura a financiamento comunitário que tivesse sido rejeitada, ou se foi por falta de projeto.

Para as Grandes Opções do Plano para 2026 e nas devidas alterações, disse que foram retidas verbas para as freguesias de Benavente e de Samora Correia, no valor de cinquenta mil euros, para cada freguesia. Perguntou qual foi a razão.

Relativamente às creches, solicitou esclarecimentos quanto à existência de um ou dois projetos, porque foram abertas duas rubricas, uma delas a zero.

O CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA, EMANUEL ESTEVES, esclareceu que os valores inscritos para dois mil e vinte e sete correspondem apenas a uma previsão, decorrentes de reprogramações de projetos, nomeadamente, os concursos para as ampliações do Jardim de Infância das Lezírias e da EB1 das Areias, que ficaram desertos, obrigando ao adiamento das verbas.

Referiu que para equilibrar as contas foi necessário reduzir dotações de outras rubricas. Relativamente à Informática esclareceu que o valor corresponde a um compromisso assumido, relacionado com impressão nas escolas.

Quanto às creches, esclareceu tratar-se de dois projetos distintos.

A SENHORA PRESIDENTE disse que algumas questões colocadas resultaram da análise de uma versão anterior do documento, tendo sido distribuída uma nova versão no início da sessão.

Esclareceu que tal se deveu à receção de informação relativa a financiamento no âmbito do PTRR, muito em cima da hora de início da presente reunião, o que obrigou a reajustes na revisão orçamental.

Acrescentou que os valores recebidos são um acréscimo e vão ser redistribuídos pelas áreas identificadas como afetadas por situações de calamidade, com base nos mapas enviados à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Explicitou que foi realizado um levantamento exaustivo dos danos causados pelas intempéries no concelho, abrangendo diversas áreas e freguesias, com identificação detalhada, incluindo localização, registo fotográfico e estimativa de custos.

Referiu que foram identificadas várias categorias de intervenção, incluindo rede viária, taludes, edifícios municipais, equipamentos de lazer, saneamento e outras infraestruturas.

Expressou que o objetivo é obter financiamento externo de forma a minimizar o impacto financeiro para o município.

Referiu que, sempre que possível, as intervenções serão financiadas por fundos externos, reduzindo a necessidade de recurso a verbas próprias.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES disse que à data da calamidade, os serviços da Câmara Municipal, fizeram um levantamento exaustivo de todas as incidências que as tempestades provocaram no concelho.

Essas incidências constam num documento, que partilhará com os senhores vereadores, o qual está dividido por categorias, desde o Porto Alto, Samora Correia, Aldeia do Peixe, Santo Estêvão, Foros de Almada e da Charneca e Benavente, ou seja, tudo o que foi eventos que implicaram a destruição ou a danificação de algo, identificado pela população, pelos serviços da Câmara Municipal, pelos Bombeiros, pela GNR ou pela Proteção Civil Municipal, foram compilados no documento.

Acrescentou que o documento foi excepcionalmente bem feito, porque, desde o retrato visual (fotografias), juntamente com as coordenadas geográficas, para dar a localização exata de cada incidente, até à previsão da reparação (com e sem IVA), o documento inclui tudo isso.

O documento elencou todos os danos na rede viária municipal; taludes e muros de suporte e contenção de vias municipais, em Benavente e Samora Correia; edifícios e construções municipais em Benavente, Samora Correia, Porto Alto, nomeadamente, o pavilhão gimnodesportivo; equipamento municipal complementar de lazer, em todas as freguesias, nomeadamente, no Vale da Asseiceira, com a queda de árvores, destruição de circuito de manutenção e campos desportivos; infraestruturas e equipamentos de saneamento básico e outras propriedades municipais.

Esclareceu o que disse na última reunião e explicou que, se se atentar no orçamento basta ver os códigos 100-301-09, 100-301-10 e 100-301-11, a ocorrência de uma

calamidade e os consequentes danos implicam a necessidade de mobilização de fundos externos, porque, quanto mais dinheiro vier de fora, menos sai de dentro.

Comentou que, neste caso concreto, existiram dois fundos de financiamento diretamente associados à reparação dos danos no concelho. Um proveniente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para um âmbito específico e outro da DGAL, para todos os âmbitos específicos do concelho.

Explicitou que, no âmbito do orçamento, houve a necessidade de retirar determinadas despesas municipais, passando as mesmas a ser asseguradas por financiamento externo.

Observou que o financiamento da APA, já estava devidamente contemplado e anunciado pela senhora presidente nas redes sociais, a parte da DGAL começou agora a chegar, mas a Câmara Municipal continua a fazer as reparações de tudo aquilo que foram os danos no município.

Lembrou que na última reunião do Executivo apresentou o documento e nenhum vereador o solicitou, à exceção do vereador Paulo Cardoso.

A SENHORA VEREADORA CATARINA VALE disse que o documento podia ter sido enviado.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES acrescentou que outras entidades e autarcas também já tiveram acesso ao levantamento, mediante pedido, sendo que o mesmo contém praticamente todas as ocorrências identificadas.

Comentou que, se a Câmara Municipal conseguir reparar a maior parte dos danos mais graves e onerosos, com dinheiro que não é diretamente dos cofres da autarquia, melhor ainda.

Reiterou que o objetivo é assegurar que, tanto quanto possível, os danos mais graves e mais dispendiosos, sejam reparados através de financiamento externo, nomeadamente, da APA e da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), reduzindo assim o impacto financeiro direto sobre o orçamento municipal.

Salientou que, caso se consiga garantir esse financiamento externo, será possível proceder à reparação integral dos danos, sem recurso significativo a verbas próprias do Município.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO disse que a questão que colocou foi muito clara.

Relembrou que o assunto abordado na última reunião do Executivo foi sobre o protocolo dos quatrocentos mil euros.

Recordou que o senhor vereador Frederico Antunes disse que houve um equívoco na comunicação.

Disse que o equívoco foi do senhor vereador Frederico Antunes, porque de facto, os quatrocentos mil euros são para a recuperação da Zona Ribeirinha de Benavente.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES disse que não utilizou a palavra equívoco, basta ver o vídeo, porque a reunião foi pública.

O que disse foi que a comunicação não foi a mais feliz, porque induziu as pessoas a pensar que a obra que iria ser feita era só num único sítio do concelho, o que é falso.

Transmitiu que existem verbas e fundos externos disponíveis para reparar o concelho no seu todo, porque, quando é pensado, é pensado no seu todo.

Reiterou que a comunicação pode ter sido infeliz, porque só uma parte, não contou um todo.

O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO lembrou que a questão levantada foi se a verba de quatrocentos mil euros do protocolo, era exclusiva para a Zona Ribeirinha de Benavente. Está demonstrado que é um facto.

A SENHORA PRESIDENTE disse que, relativamente ao contrato da APA, é para a Zona Ribeirinha de Benavente.

Frisou que a comunicação pode não ter sido tão feliz, porque deu a entender que, em termos de cursos de água, a única que ia ser reparada era a Zona Ribeirinha de Benavente, o que não é verdade.

Não há aqui a questão de só se reparar em Benavente e não se fazer obra em Samora Correia.

Clarificou que ficou decidido com os técnicos ambientais da Câmara Municipal, qual a calamidade a que era alocada a verba dos quatrocentos mil euros da APA.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO disse que a sua intervenção tem por base, dados exclusivos e concretos da 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal.

Deixou um reparo, porque está inscrita uma verba para apoiar danos provocados pela calamidade, no valor de 692.500,00 €, que poderão justificar a retirada de valores à Revisão do Orçamento e a senhora presidente devia justificar logo no início da votação por que razão a verba não foi incluída nos documentos enviados previamente aos vereadores.

A SENHORA PRESIDENTE disse que já tinha explicado que a Câmara Municipal só no dia desta reunião é que obteve a informação da atribuição da verba.

Lembrou que este ponto foi retirado da ordem do dia da última reunião do Executivo, porque, caso não tivesse sido retirado, não existiria uma informação recebida à posteriori necessária integrar no documento em apreciação.

O SENHOR VEREADOR PAULO CARDOSO observou que, dada a urgência e a imperatividade que existe em resolver algumas questões, nomeadamente, os estragos provocados pelo comboio de tempestades, o CHEGA não se vai abster da inscrição desta verba de última hora.

A SENHORA VEREADORA CATARINA VALE observou que a SENHORA PRESIDENTE deu uma boa informação e a consequente justificação logo no início da reunião, relativamente à entrada de uma verba para reparação dos danos provocados pelas intempéries, não obstante os vereadores só agora terem acesso aos novos documentos.

Disse que na perspetiva dos munícipes e da própria, a verba de quatrocentos mil euros vai ser alocada à Zona Ribeirinha de Benavente.

Quanto aos valores que vêm do PTRR, perguntou se já estão devidamente alocados e onde, não tendo conseguido perceber os montantes indicados.

Perguntou se já existe local e projeto para a construção da creche, que defina a capacidade do equipamento. Considerou que os valores que constam na Revisão Orçamental são muito baixos, em comparação com os valores aplicados nas obras de adaptação da antiga creche Miúdos e Companhia.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO sugeriu que, de futuro, sempre que haja uma alteração de última hora, seja feita uma comunicação prévia aos vereadores, ainda que no próprio dia, de forma a evitar divergências na documentação analisada. E manifestou desagrado pela situação ocorrida.

Perguntou ao senhor vereador Frederico Antunes, se poderia identificar no orçamento municipal, as rubricas concretas que irão refletir a poupança decorrente da entrada de verbas externas para fazer face aos danos provocados pelas intempéries.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES disse que, no que respeita às coberturas e às redes viárias, é exatamente o ponto que foi alterado nas GOPs.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO solicitou um melhor esclarecimento.

O SENHOR VEREADOR FREDERICO ANTUNES reiterou que, no que diz respeito à alteração nas redes viárias e nas coberturas dos edifícios, é feito com dinheiro que vem diretamente da DGAL.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO disse que a verba tem uma utilização específica.

A SENHORA PRESIDENTE referiu que a utilização da verba que vêm da DGAL abrange todos os danos que os serviços municipais elencaram e enviaram para todas as entidades públicas mencionadas, os quais passam pelas rúbricas de estradas, escolas, coberturas e outras.

Acrescentou que todas aquelas rúbricas vão ser reforçadas com aqueles valores, para concretização das obras que foram elencadas na documentação enviada no dia 20 de fevereiro.

Lembrou que foi publicado em Diário da República, no dia 13 de fevereiro, que o concelho beneficiaria dos regimes especiais de apoiados decorrentes da legislação emitida pelo Governo a propósito do conjunto de tempestades que assolaram o país no início deste ano, sendo que os serviços municipais tiveram de cumprir com os apertados prazos da obrigação de reporte.

Recordou que no dia 20 de fevereiro ainda havia muitas estradas submersas e muitos estragos que não se conseguiram contabilizar a tempo de enviar.

O SENHOR VEREADOR PEDRO GAMEIRO solicitou o envio da listagem dos danos provocados pelas tempestades.

A SENHORA PRESIDENTE disse que, relativamente à creche municipal, o projeto está nos detalhes finais, para ser enviado à Segurança Social, para validação.

Referiu que o valor inscrito de cem mil euros, foi definido com base em informação técnica dos serviços municipais, tendo em conta experiências anteriores.

Acrescentou que, caso se revele necessário, a verba poderá ser reforçada.

A SENHORA VEREADORA CATARINA VALE disse que a senhora presidente ainda não esclareceu quais os valores recebidos pela Câmara Municipal, provenientes do PTRR e da DGAL, e se os mesmos cobrem na totalidade os danos elencados na informação enviada, ou se vai ser necessário o Executivo tomar decisões, em conjunto. Relativamente à creche municipal e quando refere que a verba de cem mil euros é muito reduzida, em face da experiência com a creche Miúdos e Companhia, é por conhecimento de causa.

Lembrou que foi feita a aquisição e a alteração de um imóvel para o efeito, foram feitas aquisições de material que é necessário para equipar uma creche, e foi investido o triplo daquele valor.

Crê que é bastante baixo o valor que está a ser considerado.

A SENHORA PRESIDENTE explicitou que deu entrada nos serviços, uma primeira tranche, no valor de 528.197,00 €, da DGAL e 400.00,00 €, da APA.

De momento não consegue responder se o Estado vai transferir o valor total dos danos causados pelas tempestades, mas acredita que não.

Clarificou que o valor dos danos causados pelas tempestades que foi comunicado às entidades, foi de 5.340.600,00 €.

Transmitiu que ainda se continuam a identificar danos, porque todas coberturas não se encontravam em condições, a começar pelas escolas, edifício dos Paços do Município e pavilhões gimnodesportivos.

A SENHORA VEREADORA CATARINA VALE voltou a questionar qual a localização da creche municipal.

A SENHORA PRESIDENTE confirmou que vai ser em Benavente, junto ao Centro Escolar.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por maioria, com uma abstenção do senhor vereador em representação do PS-Partido Socialista, Pedro Alexandre Santos Gameiro aprovar a 2.^a revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2025, que faz parte integrante da presente ata, e submeter a mesma à eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da al. c), n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

Inventário e Cadastro

Ponto 3 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE / EXERCÍCIO DE 2025

No termo do ano económico de 2025, apresenta-se o inventário dos ativos do Município contabilizados na Classe 4 – Investimentos, refletindo de forma detalhada o conjunto de bens que integram o seu património. Este levantamento tem como objetivo assegurar a transparência, o rigor e o controlo na gestão patrimonial, permitindo uma visão clara da situação dos ativos municipais.

Os bens encontram-se inventariados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), garantindo a fiabilidade e a consistência da informação apresentada. Para o efeito, os ativos são elencados e organizados através dos mapas constantes no documento anexo, os quais evidenciam a sua natureza, classificação e valorização.

A Classe 4 – Investimentos integra os bens detidos com carácter de continuidade, que não se destinam a venda ou transformação no decurso normal das operações da entidade. Esta classe reflete, assim, os ativos essenciais à prossecução atribuições do Município.

Incluem-se nesta classe:

- a) Os bens de domínio público (contas 430, 440 e 450);
- b) Os investimentos financeiros de médio e longo prazo (conta 41);
- c) Os ativos fixos tangíveis utilizados na atividade da entidade, incluindo os relativos a contratos de locação financeira (conta 43);
- d) Os ativos intangíveis (conta 44);
- e) Os investimentos em curso (conta 45).

Junto se anexa o documento sobre o assunto mencionado em epígrafe.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA PRESIDENTE apresentou o assunto em epígrafe.

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar os documentos respeitantes ao inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do Município, referentes ao exercício de 2025 que, depois de assinados, digitalmente, ficam arquivados em ficheiro eletrónico anexo à presente ata, submetendo-os à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da al. l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui pasta anexa à ata.

Ponto 4 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- Apresentação dos documentos de prestação de contas individuais – exercício de 2025;
- 2.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026;
- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do património do Município de Benavente / Exercício de 2025;

Não havendo mais nada a tratar, o senhor vice-presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas e quarenta e dois minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada, digitalmente.

E eu, Ana Carla Ferreira Gonçalves, chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, a subscrevo e assino.

Município
de
Benavente

2.ª Revisão
ao
Orçamento
da RECEITA e da
DESPESA
para o ano financeiro



APROVAÇÃO

Câmara Municipal
Assembleia Municipal

Reunião de /04/2026
Sessão de /04/2026

Município de Benavente

Revisão N.º 2 ao Orçamento da Receita de 2026

Classificação Económica		Previsão Atual	Previsão Modificada			Previsão Final	Anos Seguintes				Observações
Código	Designação		Reforço	Anulação	Crédito Esp.		Ano + 1	Ano + 2	Ano + 3	Ano + 4	
06	Transferências correntes	11 868 549,00	3 485,00			11 872 034,00					
0603	Administração central	11 351 143,00	3 485,00			11 354 628,00					
060301	Estado	11 034 959,00	3 485,00			11 038 444,00					
06030199	Outras	120 500,00	3 485,00			123 985,00					
0603019914	IRN - Contrato interadministrativo de cooperação	50 000,00	3 485,00			53 485,00					
10	Transferências de capital	6 932 633,00	5 257 600,00	615 032,00		11 575 201,00	615 032,00				
1003	Administração central	6 932 633,00	5 257 600,00	615 032,00		11 575 201,00	615 032,00				
100301	Estado	700 711,00	5 257 600,00			5 958 311,00					
10030109	Fundo Ambiental - Zona Ribeirinha		400 000,00			400 000,00					
10030110	Apoio danos calamidade (Res. Concelho Ministros n.º 15-B/2026) - Fundo Ambiental		692 500,00			692 500,00					
10030111	Apoio danos calamidade (Res. Concelho Ministros n.º 15-B/2026) - DGAL		4 165 100,00			4 165 100,00					
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	6 231 922,00		615 032,00		5 616 890,00	615 032,00				
10030701	FEDER	3 412 377,00		615 032,00		2 797 345,00	615 032,00				
1003070153	Ampliação JI/EB1, Areias e JI Lezírias, Samora Cor	773 334,00		615 032,00		158 302,00	615 032,00				
Totais:		823 334,00	5 261 085,00	615 032,00	0,00	5 469 387,00	615 032,00	0,00	0,00	0,00	

PRESIDENTE

Em de de

.....

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Município de Benavente

Revisão N.º 2 ao Orçamento da Despesa de 2026

Classificação Económica		Dotação Atual	Dotação Modificada			Dotação Final	Anos seguintes				Observações
Código	Designação		Reforço	Anulação	Crédito Esp.		Ano + 1	Ano + 2	Ano + 3	Ano + 4	
01	Câmara Municipal	48 038 807,35	5 302 645,00	656 592,00		52 684 860,35	615 032,00	0,00	0,00	0,00	
01	01	Despesas com o pessoal	16 703 320,00	45 795,00		16 749 115,00	-40 820,00	-70,00	-70,00	-70,00	
01	0101	Remunerações certas e permanentes	12 982 917,00			12 982 917,00	-6 615,00	0,00	0,00	0,00	
01	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	310 500,00			310 500,00	-6 615,00	0,00	0,00	0,00	
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	728 400,00			728 400,00	-80 000,00	-70,00	-70,00	-70,00	
01	010202	Horas extraordinárias	428 100,00			428 100,00	-80 000,00	-70,00	-70,00	-70,00	
01	0103	Segurança social	2 992 003,00	45 795,00		3 037 798,00	45 795,00	0,00	0,00	0,00	
01	010309	Seguros	238 000,00	45 795,00		283 795,00	45 795,00	0,00	0,00	0,00	
01	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	238 000,00	45 795,00		283 795,00	45 795,00	0,00	0,00	0,00	
01	02	Aquisição de bens e serviços	11 119 463,00			11 119 463,00	-528 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	0201	Aquisição de bens	2 982 582,00			2 982 582,00	-100 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	020121	Outros bens	623 390,00			623 390,00	-100 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	0202	Aquisição de serviços	8 136 881,00			8 136 881,00	-428 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	020201	Encargos das instalações	1 705 300,00			1 705 300,00	-50 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	020202	Limpeza e higiene	1 955 900,00			1 955 900,00	-95 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	020203	Conservação de bens	457 008,00			457 008,00	-100 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	020205	Locação de material de informática	339 020,00			339 020,00	7 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	020220	Outros trabalhos especializados	388 047,00			388 047,00	-50 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	020225	Outros serviços	672 980,00			672 980,00	-140 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	02022502	Serviços culturais	274 755,00			274 755,00	-50 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	02022509	Serviços diversos	337 225,00			337 225,00	-90 000,00	0,00	0,00	0,00	
01	06	Outras despesas correntes	232 500,00			232 500,00	70,00	70,00	70,00	70,00	
01	0602	Diversas	232 500,00			232 500,00	70,00	70,00	70,00	70,00	
01	060203	Outras	212 500,00			212 500,00	70,00	70,00	70,00	70,00	
01	06020304	Serviços bancários	7 500,00			7 500,00	70,00	70,00	70,00	70,00	
01	07	Aquisição de bens de capital	13 536 517,35	5 256 850,00	656 592,00	18 136 775,35	1 183 782,00	0,00	0,00	0,00	
01	0701	Investimentos	13 536 516,35	5 256 850,00	656 592,00	18 136 774,35	1 183 782,00	0,00	0,00	0,00	
01	070103	Edifícios	2 714 938,35	257 488,00	656 592,00	2 315 834,35	1 183 782,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010302	Instalações desportivas e recreativas	477 621,35		23 070,00	454 551,35	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010304	Creches	15 000,00	100 000,00		115 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010305	Escolas	1 520 329,00		633 522,00	886 807,00	1 183 782,00	0,00	0,00	0,00	

Município de Benavente

Revisão N.º 2 ao Orçamento da Despesa de 2026

Classificação Económica		Dotação Atual	Dotação Modificada			Dotação Final	Anos seguintes				Observações	
Código	Designação		Reforço	Anulação	Crédito Esp.		Ano + 1	Ano + 2	Ano + 3	Ano + 4		
01	0701030501	Construção	1 519 329,00	633 522,00			885 807,00	1 183 782,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010307	Outros	268 087,00	157 488,00			425 575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	070104	Construções diversas	2 815 399,00	4 999 362,00			7 814 761,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	2 511 487,00	4 345 100,00			6 856 587,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010405	Parques e jardins	71 015,00	524 762,00			595 777,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	07010413	Outros	5 653,00	129 500,00			135 153,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:			11 932 937,35	5 302 645,00	656 592,00	0,00	16 578 990,35	615 032,00	0,00	0,00	0,00	

PRESIDENTE

Em de de

.....

ORGÃO EXECUTIVO

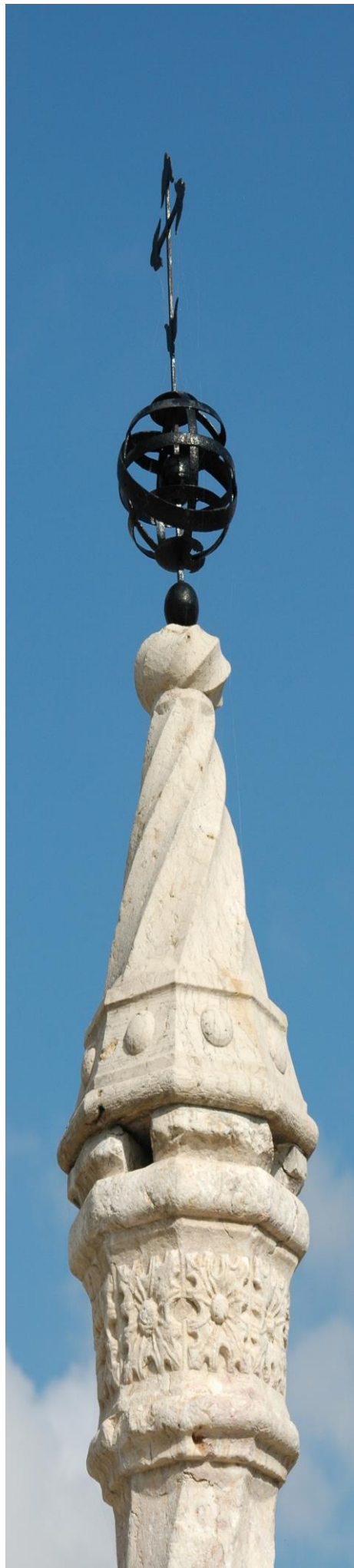
Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



2.^a Revisão às

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

**para o ano financeiro
de**

2026

APROVAÇÃO

**Câmara Municipal
Assembleia Municipal**

**Reunião de /04/2026
Sessão de /04/2026**



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas												
												Ano Corrente - 2026			Anos Seguintes									
		Ano	Nº				Org.	Económica		Início	Fim	Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida			2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes
03						EDUCAÇÃO						Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total					
03	1					Investimentos						- 8 481 036,00	208 500,00	8 689 536,00	-633 522,00		7 847 514,00	208 500,00	8 056 014,00	1 175 808,00	1 175 808,00	1 175 808,00	1 175 808,00	1 175 808,00
03	1	2023	1034			Ampliação Jardim Infância Lezíria, Samora Correia						- 1 600 830,00	208 500,00	1 809 330,00	-633 522,00		967 308,00	208 500,00	1 175 808,00	1 175 808,00	1 175 808,00	1 175 808,00	1 175 808,00	1 175 808,00
03	1	2023	1034	2		Ampliação Jardim Infância Lezíria, Samora Correia / Construção	070103050	004	01/23	12/27		- 494 120,00	0,00	494 120,00	-256 787,00		237 333,00	0,00	237 333,00	522 037,00	522 037,00	522 037,00	522 037,00	522 037,00
03	1	2024	6			Ampliação da JI/EB1 nº2, Areias, Benavente						- 695 205,00	0,00	695 205,00	-376 735,00		318 470,00	0,00	318 470,00	661 745,00	661 745,00	661 745,00	661 745,00	661 745,00
03	1	2024	6	2		Ampliação JI/EB1 nº2, Areias, Benav. / Construção	01 070103050	004	01/24	12/24		695 205,00	0,00	695 205,00	-376 735,00		318 470,00	0,00	318 470,00	661 745,00	661 745,00	661 745,00	661 745,00	661 745,00



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas												
												Ano Corrente - 2026			Anos Seguintes									
		Ano	Nº									Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida			2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes
		Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total															
04						SEGURANÇA E SOLIDARIEDADE SOCIAL						675 201,00	153 905,00	829 106,00	100 000,00	-75 000,00	775 201,00	78 905,00	854 106,00					
04	1					Investimentos						15 501,00	153 905,00	169 406,00	100 000,00	-75 000,00	115 501,00	78 905,00	194 406,00					
04	1	2026	4			Creche Municipal Benavente						15 000,00	75 000,00	90 000,00	100 000,00	-75 000,00	115 000,00	0,00	115 000,00					
04	1	2026	4	2		Creche Municipal Benavente - Construção/Remodelação	01	07010304	004	01/26	12/26	0,00	75 000,00	75 000,00	100 000,00	-75 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00					



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas														
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Ano Corrente - 2026		Dotação Corrigida			Anos Seguintes								
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes				
06						CULTURA E RECREIO						1 458 166,35	600 000,00	2 058 166,35	-23 070,00	-6 328,00	1 435 096,35	593 672,00	2 028 768,35	-50 000,00						
06	1					Investimentos						692 490,35	600 000,00	1 292 490,35	-23 070,00	-6 328,00	669 420,35	593 672,00	1 263 092,35							
06	1	2025	70			Requalificação de pavilhão, Bairro esteveira, ARCAS	01	07010302	004	01/25	12/26	50 000,00	150 000,00	200 000,00	-29 397,00		20 603,00	150 000,00	170 603,00							
06	1	2026	9			Substituição da cobertura da sede da ADCRA	01	07010302	004	01/26	12/26	1,00	10 000,00	10 001,00	6 327,00	-6 328,00	6 328,00	3 672,00	10 000,00							
06	2					Serviços						765 676,00	0,00	765 676,00			765 676,00	0,00	765 676,00	-50 000,00						
06	2	2025	19			Cultura / Eventos						338 076,00	0,00	338 076,00			338 076,00	0,00	338 076,00	-50 000,00						
06	2	2025	19	19		Cultura / Eventos culturais diversos	01	02022502	006	01/25	12/29	150 000,00	0,00	150 000,00			150 000,00	0,00	150 000,00	-50 000,00						



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Subaç.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas														
		Ano	Nº				Org.	Económica		Início	Fim	Dotação Atual			Ano Corrente - 2026		Dotação Corrigida			Anos Seguintes						
												Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes		
09						URBANISMO						5 432 248,00	524 000,00	5 956 248,00	654 262,00		6 086 510,00	524 000,00	6 610 510,00	-145 000,00						
09	1					Investimentos						1 745 248,00	524 000,00	2 269 248,00	654 262,00		2 399 510,00	524 000,00	2 923 510,00							
09	1	2016	47			Requalificação do cruzeiro do Calvário e muralha do Jardim do Calvário, Benavente	01	07010405	004	01/16	12/26	0,00	0,00	0,00	12 100,00		12 100,00	0,00	12 100,00							
09	1	2026	14			Requalificação da Zona Ribeirinha Benavente	01	07010405	004	01/26	12/27	0,00	0,00	0,00	400 000,00		400 000,00	0,00	400 000,00							
09	1	2026	15			Requalificação Parques Infantis						0,00	0,00	0,00	49 662,00		49 662,00	0,00	49 662,00							
09	1	2026	15	1		Parque Infantil Santo Estevão	01	07010405	004	01/26	12/26	0,00	0,00	0,00	31 721,00		31 721,00	0,00	31 721,00							
09	1	2026	15	2		Parques Infantil Foros da Charneca	01	07010405	004	01/26	12/26	0,00	0,00	0,00	17 941,00		17 941,00	0,00	17 941,00							
09	1	2026	16			Beneficiação da Vala Nova	01	07010413	004	01/26	12/26	0,00	0,00	0,00	129 500,00		129 500,00	0,00	129 500,00							
09	1	2026	17			Beneficiação da Zona Ribeirinha Samora Correia	01	07010405	004	01/26	12/26	0,00	0,00	0,00	20 000,00		20 000,00	0,00	20 000,00							
09	1	2026	18			Beneficiação da Zona Ribeirinha de Benavente	01	07010405	004	01/26	12/26	0,00	0,00	0,00	43 000,00		43 000,00	0,00	43 000,00							
09	2					Serviços						3 687 000,00	0,00	3 687 000,00		3 687 000,00	0,00	3 687 000,00	-145 000,00							
09	2	2025	32			Urbanismo / Iluminação pública						350 000,00	0,00	350 000,00		350 000,00	0,00	350 000,00	-50 000,00							
09	2	2025	32	1		Urbanismo / Iluminação pública / Manutenção						350 000,00	0,00	350 000,00		350 000,00	0,00	350 000,00	-50 000,00							
09	2	2025	32	1	1	Urbanismo / Iluminação pública / Manutenção / Energia elétrica	01	020201	004	01/25	12/25	350 000,00	0,00	350 000,00		350 000,00	0,00	350 000,00	-50 000,00							
09	2	2025	34			Urbanismo / Higiene urbana						1 695 000,00	0,00	1 695 000,00		1 695 000,00	0,00	1 695 000,00	-95 000,00							
09	2	2025	34	2		Higiene urbana / Lavagem de contentores	01	020202	004	01/25	12/30	100 000,00	0,00	100 000,00		100 000,00	0,00	100 000,00	-50 000,00							
09	2	2025	34	4		Higiene urbana / Controlo de pragas	01	020202	004	01/25	12/30	145 000,00	0,00	145 000,00		145 000,00	0,00	145 000,00	-45 000,00							



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto	Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas													
									Dotação Atual			Ano Corrente - 2026		Dotação Corrigida			Anos Seguintes					
									Org.	Económica		Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2027	2028	2029
10					MOBILIDADE					3 155 644,00	586 000,00	3 741 644,00	4 345 100,00		7 500 744,00	586 000,00	8 086 744,00					
10	1				Investimentos					2 936 544,00	586 000,00	3 522 544,00	4 345 100,00		7 281 644,00	586 000,00	7 867 644,00					
10	1	20231101			Beneficiação da ponte das Silveiras					12 042,00	0,00	12 042,00	500 000,00		512 042,00	0,00	512 042,00					
10	1	20231101	2		Beneficiação ponte Silveiras / Construção	01	07010401	005	01/23 12/25	0,00	0,00	0,00	500 000,00		500 000,00	0,00	500 000,00					
10	1	2024 27			Arruamentos					624 210,00	175 000,00	799 210,00	3 845 100,00		4 469 310,00	175 000,00	4 644 310,00					
10	1	2024 27	1		Arruamentos / Freguesia da Barrosa	01	07010401	005	01/24 12/30	30 500,00	0,00	30 500,00	255 000,00		285 500,00	0,00	285 500,00					
10	1	2024 27	2		Arruamentos / Freguesia de Benavente	01	07010401	005	01/24 12/30	180 000,00	0,00	180 000,00	1 295 900,00		1 475 900,00	0,00	1 475 900,00					
10	1	2024 27	3		Arruamentos / Freguesia de Samora Correia	01	07010401	005	01/24 12/30	362 210,00	0,00	362 210,00	783 700,00		1 145 910,00	0,00	1 145 910,00					
10	1	2024 27	4		Arruamentos / Freguesia de Santo Estêvão	01	07010401	005	01/24 12/30	50 500,00	0,00	50 500,00	1 510 500,00		1 561 000,00	0,00	1 561 000,00					



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas													
		Ano	Nº				Org.	Económica		Início	Fim	Dotação Atual			Ano Corrente - 2026		Dotação Corrigida			Anos Seguintes					
												Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seguintes	
12						ESTRUTURA INSTRUMENTAL DO MUNICÍPIO						19 761 967,00	730 000,00	20 491 967,00	203 283,00		19 965 250,00	730 000,00	20 695 250,00	-373 750,00					
12	1					Investimentos						1 274 316,00	650 000,00	1 924 316,00	157 488,00		1 431 804,00	650 000,00	2 081 804,00						
12	1	2026	12			Reparação coberturas edifícios municipais	01	07010307	004	01/26	12/26	62 513,00	0,00	62 513,00	157 488,00		220 001,00	0,00	220 001,00						
12	2					Gestão corrente						18 487 651,00	80 000,00	18 567 651,00	45 795,00		18 533 446,00	80 000,00	18 613 446,00	-373 750,00					
12	2	2025	50			Funcionamento das unidades orgânicas						17 549 332,00	80 000,00	17 629 332,00	45 795,00		17 595 127,00	80 000,00	17 675 127,00	-380 820,00	-70,00	-70,00	-70,00	-70,00	
12	2	2025	50	22		Func.unid.org./ Outros bens	01	020121	01	01/25	12/30	600 000,00	0,00	600 000,00			600 000,00	0,00	600 000,00	-100 000,00					
12	2	2025	50	26		Func.unid.org./ Serviços de conservação	01	020203	01	01/25	12/30	424 700,00	0,00	424 700,00			424 700,00	0,00	424 700,00	-100 000,00					
12	2	2025	50	39		Func.unid.org./ Outros trabalhos especializados	01	020220	01	01/25	12/30	300 000,00	0,00	300 000,00			300 000,00	0,00	300 000,00	-50 000,00					
12	2	2025	50	43		Func.unid.org./ Serviços diversos	01	02022509	01	01/25	12/30	290 000,00	0,00	290 000,00			290 000,00	0,00	290 000,00	-90 000,00					
12	2	2025	50	60		Funcionamento unidades orgânicas / Recursos humanos						11 421 170,00	80 000,00	11 501 170,00	45 795,00		11 466 965,00	80 000,00	11 546 965,00	-40 820,00	-70,00	-70,00	-70,00	-70,00	
12	2	2025	50	60	22	Func.unid.org./ Remunerações por doença e maternidade / paternidade	01	010115	003	01/25	12/30	260 000,00	0,00	260 000,00			260 000,00	0,00	260 000,00	-6 615,00					
12	2	2025	50	60	23	Func.unid.org./ Horas extraordinárias	01	010202	003	01/25	12/30	400 000,00	80 000,00	480 000,00			400 000,00	80 000,00	480 000,00	-80 000,00	-70,00	-70,00	-70,00	-70,00	
12	2	2025	50	60	38	Func.unid.org./ Seguros de acidentes de trabalho	01	01030901	003	01/25	12/30	238 000,00	0,00	238 000,00	45 795,00		283 795,00	0,00	283 795,00	45 795,00					
12	2	2025	51			Outras atividades instrumentais						415 399,00	0,00	415 399,00			415 399,00	0,00	415 399,00	7 000,00					
12	2	2025	51	3		Informática						342 857,00	0,00	342 857,00			342 857,00	0,00	342 857,00	7 000,00					
12	2	2025	51	3	1	Informática / Locações	01	020205	002	01/25	12/25	328 100,00	0,00	328 100,00			328 100,00	0,00	328 100,00	7 000,00					
12	2	2025	52			Serviço da dívida						477 920,00	0,00	477 920,00			477 920,00	0,00	477 920,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	
12	2	2025	52	4		Serviço da dívida / Comissões	01	06020304	002	01/25	12/30	1 500,00	0,00	1 500,00			1 500,00	0,00	1 500,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												5 512 349,00	315 000,00	5 827 349,00	4 646 053,00	-81 328,00	10 158 402,00	233 672,00	10 392 074,00	615 032,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____



2.^a Revisão às

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (anos seguintes)

**para o ano financeiro
de**

2026

APROVAÇÃO

**Câmara Municipal
Assembleia Municipal**

**Reunião de /04/2026
Sessão de /04/2026**



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2026

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub aç.	Designação	Despesas																				
							Dotação Atual					Anos Seguintes Modificação					Dotação Corrigida										
		2027	2028				2029	2030	2031 e seg.	Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seg.	Total	2027	2028	2029	2030	2031 e seg.	Total					
03					EDUCAÇÃO	14 766 521,00	11 446 466,00	7 026 466,00	5 556 466,00	5 556 466,00	44 352 385,00	1 183 782,00								1 183 782,00	15 950 303,00	11 446 466,00	7 026 466,00	5 556 466,00	5 556 466,00	45 536 167,00	
03	1				Investimentos	9 210 055,00	5 890 000,00	1 470 000,00			16 570 055,00	1 183 782,00								1 183 782,00	10 393 837,00	5 890 000,00	1 470 000,00				17 753 837,00
03	1	2023	1034		Ampliação Jardim Infância Lezíria, Samora Correia	768 630,00					768 630,00	522 037,00							522 037,00	1 290 667,00							1 290 667,00
03	1	2023	1034	2	Ampliação Jardim infância Lezíria, Samora Correia / Construção	768 630,00					768 630,00	522 037,00							522 037,00	1 290 667,00							1 290 667,00
03	1	2024	6		Ampliação da JI/EB1 nº2, Areias, Benavente	1 081 425,00					1 081 425,00	661 745,00							661 745,00	1 743 170,00							1 743 170,00
03	1	2024	6	2	Ampliação JI/EB1 nº2, Areias, Benav. / Construção	1 081 425,00					1 081 425,00	661 745,00							661 745,00	1 743 170,00							1 743 170,00

